

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIANA SAMPAIO ATTUCH

A Lesbianidade como subversão ao patriarcado e à heteronormatividade

Uberlândia

2024

MARIANA SAMPAIO ATTUCH

A Lesbianidade como subversão ao patriarcado e à heteronormatividade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Lúcia Vannuchi

Uberlândia

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A885 2024	<p>Attuch, Mariana Sampaio, 2002- A Lesbianidade [recurso eletrônico] : como subversão ao patriarcado e à heteronormatividade / Mariana Sampaio Attuch. - 2024.</p> <p>Orientadora: Maria Lúcia Vannuchi. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Ciências Sociais. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Sociologia. I. Vannuchi, Maria Lúcia, 1954-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 316</p>
--------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

MARIANA SAMPAIO ATTUCH

A Lesbianidade como subversão ao patriarcado e à heteronormatividade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais.

Uberlândia, 25/09/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Maria Lúcia Vannuchi (INCIS/UFU) - presidente

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza (INCIS/UFU) – membro da banca

Me. Higor Kleizer de Oliveira Moreira (UFU) – membro da banca

Dedico este trabalho às mulheres lésbicas,
especialmente às que viveram todos os dias
ocupando espaços que foram ensinadas a não
reconhecerem enquanto delas e que
alcançaram o que não foram ensinadas a
sonhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha rede de apoio e acolhimento: aos meus pais, Vera e Ricardo, pelo encorajamento e pelo carinho; à minha irmã, Isabela, pela constante parceria nos pontos altos e baixos; à minha companheira, Luiza, que além de ser o meu maior incentivo, é a minha maior fonte de inspiração.

Agradeço à minha insubstituível orientadora, Maria Lúcia Vannuchi, que além de ter contribuído para que fosse desenvolvido um trabalho que eu pudesse me orgulhar, é uma grande inspiração profissional.

Às colegas Bianca e Sofia, que contribuíram para que a graduação fosse uma experiência inesquecível e expandiram, de muitas formas, todo o aprendizado que construí.

Por fim, agradeço imensamente ao Coletivo Lésbico de Uberlândia (CoLeUdi), que se dispôs a fazer parte dessa pesquisa e, com os relatos e pontos de vista compartilhados, deu alma e voz ao trabalho.

“Entre mulheres, o amor é contemplação: as carícias são menos destinadas a se apropriar do outro do que a recriar-se lentamente através dele; a separação está abolida, não há nem luta, nem vitória, nem derrota;”

(Beauvoir, 2019, v. 2, p. 174)

RESUMO

A pesquisa objetiva estudar as questões de caráter subversivo que envolvem a sexualidade lésbica, partindo de estudos de gênero sobre a representação social que envolve a vivência feminina, compreendendo a lesbianidade enquanto uma ameaça a esses valores e padrões patriarcais e heteronormativos. À vista disso, abarcamos as formas de repressão empregadas socialmente para conter esse potencial e analisamos a dualidade que caracteriza a lesbofobia: o preconceito contra a relação homoafetiva entre mulheres e a problematização da recusa feminina da relação romântico-sexual com o homem. Para isso, valemo-nos da revisão bibliográfica, especialmente de autoras que refletem sobre a questão da lesbianidade e de um grupo focal com o Coletivo Lésbico de Uberlândia (CoLeUdi), a fim de incluir experiências de mulheres lésbicas que vivenciam a lesbianidade no recorte espacial de Uberlândia. Constatamos, a partir do trabalho, que a comunidade lésbica enfrenta invisibilidade, não só na sociedade em geral, mas também dos movimentos que integra, como o movimento LGBTI+ e o movimento feminista. Assim, apresentamos na pesquisa a historicidade de movimentos de resistência lesbofeminista e o potencial de transgressão de valores conservadores e discriminatórios da lesbianidade.

Palavras-chave: lesbianidade; feminismo lésbico; gênero; sexualidade.

ABSTRACT

The research aims to study the subversive issues surrounding lesbian sexuality, based on gender studies on the social representation of female experience, understanding lesbianity as a threat to these patriarchal and heteronormative values and standards. Accordingly, we look at the forms of repression employed socially to contain this potential and analyse the duality that characterizes lesbophobia: prejudice against homosexual relationships between women and the problematizing of women's refusal of romantic-sexual relationships with men. For this purpose, we used a literature review, especially of authors who reflect on the issue of lesbianism, and a focus group with the *Coletivo Lésbico de Uberlândia* (CoLeUdi), in order to include the experiences of lesbian women who experience lesbianity in Uberlândia. We found that the lesbian community faces invisibility, not only in society in general, but also in the movements it is part of, such as the LGBTI+ movement and the feminist movement. Therefore, we present in the research the historicity of lesbo-feminist resistance movements and the potential for transgression of conservative and discriminatory values of lesbianity

Keywords: lesbianity; lesbian feminism; gender; sexuality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Grupo Lésbico-Feminista na manifestação contra a “operação limpeza”	22
Figura 2 -	Faixa “Pelo Prazer Lésbico” nas escadas do Teatro Municipal de São Paulo, na manifestação contra a “operação limpeza”	23
Figura 3 -	Rosely Roth com edição do Chanacomchana.....	24
Figura 4 -	Fachada do Ferro’s Bar.....	24
Figura 5 -	Rosely Roth discursando durante a Revolta no Ferro’s Bar.....	25
Figura 6 -	Interior do Cecy Bar, em Uberlândia.....	38
Figura 7 -	Interior do Cecy Bar, em Uberlândia.....	38
Figura 8 -	Interior do Cecy Bar, em Uberlândia.....	38
Figura 9 -	Pôsteres do Boletim Chanacomchana como decoração em parede do Cecy Bar.....	39
Figura 10 -	Pôsteres do Boletim Chanacomchana como decoração em parede do Cecy Bar.....	39
Figura 11 -	Pôsteres do Boletim Chanacomchana como decoração em parede do Cecy Bar.....	39

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 -	Identificação das participantes.....	30/31
------------	--------------------------------------	-------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/ Transexuais/Travestis, Intersexo e Outros
CoLeUdi	Coletivo Lésbico de Uberlândia
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros/Transexuais/Travestis
LF	Grupo Lésbico-Feminista
SOMOS	Grupo SOMOS
III CMP	III Congresso da Mulher Paulista
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
GALF	Grupo Ação Lésbica Feminista
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. MOVIMENTO FEMINISTA	15
2. FEMINISMO LÉSBICO	18
2.1. APAGAMENTO, INVISIBILIDADE E RESGATE HISTÓRICO	19
2.2. AMEAÇA A CISHETERONORMATIVIDADE E REPRESSÃO DA LESBIANIDADE	26
3. COLETIVO LÉSBICO DE UBERLÂNDIA - A VOZ DE MULHERES LÉSBICAS	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

A pesquisa focaliza as formas de opressão sofrida pelas mulheres lésbicas da cidade de Uberlândia (MG), entendidas como uma tentativa não só de conservar os padrões tradicionais de heterossexualidade, como também de manter uma ordem social fundamentada sobre valores sexistas e patriarcais, no intuito de controlar os corpos e a sexualidade feminina. E também, a lésbica representa, socialmente, um grupo de pouca visibilidade nos próprios movimentos emancipatórios que integra, como o feminismo e a causa LGBT+¹. Diante disso, a análise dessa questão é importante para que, socialmente, as particularidades da identidade lésbica sejam contempladas.

Problematizamos, na pesquisa, a invisibilidade e a exclusão social que envolve a vivência lésbica, procurando responder: A lesbianidade representa uma ameaça aos valores tradicionais de submissão feminina? Quais são os esforços sociais que operam a favor de reprimir o potencial de subversão que essas mulheres representam?

Desse modo, a partir de tais perguntas, a pesquisa parte do direcionamento de que a identidade lésbica é atravessada por duas características principais: a relação homoafetiva entre mulheres e a recusa do homem nas relações românticas e sexuais. Visto isso, a primeira característica simboliza uma contestação à ideia de que as mulheres pertencem aos homens e que devem ser submetidas somente à vivência heterossexual, como também desafia a ideia socialmente construída de que as mulheres dependem dos homens para se realizarem enquanto indivíduos completos, o que pressupõe o estabelecimento de relações romântico-afetivas exclusivamente com eles. Além disso, ao não se relacionarem romântico-sexualmente com homens, as mulheres lésbicas também assumem uma posição transgressora em meio a uma sociedade androcêntrica, o que pode ser observado ao analisar as violências sofridas por essas mulheres, que muitas vezes possuem uma conotação de reprovação à recusa do homem como parceiro amoroso e/ou sexual, a ausência de um homem na relação e a negação dos papéis que são socialmente atribuídos às mulheres.

Além das violências que caracterizam a lesbofobia, podem ser encontradas outros dispositivos sociais de contenção da lesbianidade, como o apagamento da história lésbica, a invisibilidade e exclusão social às quais são submetidas, as desigualdades e inacessibilidade em alguns espaços sociais.

¹ Sigla utilizada oficialmente pelo movimento institucional, referindo-se à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Intersexo e Outros. A ausência da letra Q, referindo-se à *queer*, que significa “estranho”, “que não se encaixa”, não é inclusa porque a categorização dessas pessoas vai contra o próprio significado do termo.

É notório que a própria existência da palavra lésbica representa uma forma de diferenciar as mulheres homossexuais dos homens homossexuais, dado que, socialmente, o termo gay remete à vivência masculina da homossexualidade e o próprio termo homossexual é majoritariamente representado como masculinidade homossexual. Visto isso, a própria criação de um termo específico para as mulheres lésbicas representa uma necessidade histórica de visibilidade? A invisibilidade lésbica está presente nos espaços socialmente reconhecidos como LGBTI+? O surgimento de um Feminismo Lésbico relaciona-se também à carência de representatividade lésbica na luta pelos direitos das mulheres?

A escolha por esse tema deriva da importância de analisar o caráter duplo da lesbofobia, ou seja, destrinchar a repressão específica sofrida pelas mulheres lésbicas, através da confluência entre a opressão da mulher na sociedade patriarcal e a heteronormatividade presente nos valores tradicionais reproduzidos socialmente. Logo, importa refletir e desenvolver estudos sobre essa intersecção que caracteriza a lesbianidade como uma identidade política marginalizada.

No intuito de examinar a organização social que determina relações de troca em que as mulheres são vistas como pertences dos homens, visto que a lesbianidade é também caracterizada pela recusa das relações romântico-sexuais que envolvem os homens, buscamos resgatar o histórico de violência por meio do apagamento da história lésbica, tal como a invisibilidade lésbica dentro da comunidade LGBTI+ e do movimento feminista, devido à sua condição como mulheres homossexuais.

A metodologia da pesquisa de caráter qualitativo, consiste em uma pesquisa bibliográfica, sobre gênero e sexualidade, com a intenção de resgatar contribuições teóricas que forneçam uma base para o entendimento do lugar social marginalizado ao qual as vivências lésbicas são submetidas. Além disso, a pesquisa pretende elaborar uma breve análise histórica de eventos que constituem a história das vivências lésbicas, para relacionar os estudos realizados com fatos concretos a respeito da temática.

Para enriquecer o estudo com relatos e discussões reais acerca da lesbianidade, é incluída na pesquisa a realização de grupos focais, com o Coletivo Lésbico de Uberlândia (CoLeUdi), criado em 2023, para estabelecer um recorte na cidade de Uberlândia. A escolha por essa metodologia se dá pela intenção de abarcar experiências diferentes sobre a mesma temática e perceber como dialogam entre si, de modo que o grupo focal possibilita também as informações em forma de conversa entre as pessoas que fazem parte, o que agrega valor à análise e pode ser realizada de maneira fluída. Com isso, pretendemos analisar com maior precisão as questões que cercam as existências lésbicas nessa cidade, a partir das vivências compartilhadas pelas integrantes do Coletivo.

Como base para fomentar a discussão proposta, referenciamos as autoras: Gayle Rubin, antropóloga, ativista e teórica dos estudos de sexo e gênero, como partida para pensar a estrutura econômica que determina as mulheres como instrumento de troca; Monique Wittig, escritora e teórica dos estudos feministas, que se dedicou a analisar a heterossexualidade como sistema social que sustenta a opressão feminina e contribuiu para um pensamento feminista lésbico; Teresa de Lauretis, autora que se aprofundou nos estudos feministas e estudos lésbicos, dando continuidade à concepção do gênero como produto e processo de tecnologias que o fabricam e é subjetivamente absorvido pelos indivíduos que integram a sociedade; Simone de Beauvoir, filósofa, escritora e teórica que representa uma precursora dos estudos de gênero ao analisar a posição socialmente imposta às mulheres como “O Outro”; Adrienne Rich, escritora e poeta feminista, estudiosa da vivência lésbica e de como opera a heterossexualidade compulsória.

1. MOVIMENTO FEMINISTA

O movimento feminista, enquanto movimento social e político em prol da emancipação das mulheres, não é único ou unânime, contendo historicamente diversas ondas e vertentes. Nasceu no berço da revolução burguesa como um movimento europeu que pautava uma mudança constitucional e legislativa, no intuito de equiparar os direitos das mulheres aos dos homens, principalmente a partir de alterações legais. Como resultado dessa movimentação protagonizada pelas conhecidas sufragistas, no século XIX, mulheres que se organizaram pelos direitos femininos, foi conquistado principalmente o direito ao voto feminino, que representou uma semente que germinaria uma luta que se estende aos dias de hoje.

Após isso, surgiram críticas à falsa ideia de universalidade da mulher representada pelo movimento feminista, que era predominantemente branco, cisheteronormativo e abordava as necessidades de mulheres que ocupavam posições econômicas privilegiadas, ainda que devido ao casamento. Logo, a partir da segunda onda do feminismo, conhecida principalmente por pautar a sexualidade da mulher, os métodos contraceptivos e o direito ao aborto, se iniciaram questionamentos acerca da falta de interseccionalidade no discurso feminista, dada a necessidade de, ao falar sobre mulheres, falar também sobre pautas que incluem mulheres racializadas, mulheres trabalhadoras, mulheres que não conformam com a cisheteronormatividade, mulheres com deficiência, entre outras condições que fazem necessários os recortes para abordar os enfrentamentos que transpassam essas vivências.

Desse discurso, nasce a preocupação com a inclusão das diversas experiências femininas que integram a coletividade reconhecida como mulheres, o que leva ao feminismo enquanto movimento

também intelectual, a se preocupar com as maneiras em que as particularidades de cada mulher que faz parte da categoria mulheres se entrelaçam e modificam essa vivência. Nesse sentido, as teorias feministas se apresentam como meio para reflexão e entendimento de como opera o gênero enquanto sistema que oprime as mulheres e, para mais, o que esse conceito significa.

Como ponto de partida, resgatamos a antropóloga Gayle Rubin, no ensaio “O Tráfico de Mulheres”, que define o gênero enquanto criação, a partir da divisão sexual em duas categorias mutuamente excludentes, divisão a qual intensifica as diferenças biológicas entre as duas categorias sexuais (Rubin, 1975). Assim, se produz socialmente uma separação sintética que enfatiza diferenças mínimas, dado que, as semelhanças biológicas entre homem/mulher ultrapassam tais dessemelhanças, porém, se cria um discurso que os coloca nesse molde de oposição, estruturando a organização social baseada na divisão dos sexos.

Isso também é reforçado por Simone de Beauvoir, na terceira parte da obra “O Segundo Sexo, Vol. 1: Fatos e mitos”, no subcapítulo 1, referente aos mitos. A autora aborda a maneira em que a mulher é representada simbolicamente em contraste com o que é atribuído ao homem, ele tem agência, enquanto a mulher é a natureza, o homem explora e transforma a natureza, enquanto a mulher é a mãe, a esposa, a serva, o homem é o aventureiro, o herói, o guerreiro (Beauvoir, 2019).

Dessa forma, ao longo dos anos as teóricas feministas pautam as desigualdades de gênero que imprimem a opressão social, histórica e econômica das mulheres e a posição de superioridade socioeconômica, reforçada pelo privilégio estrutural, ocupada pelos homens, tal como as consequências dessa estrutura e os meios pelos quais ela se reproduz e se infiltra nas diversas instâncias da vida social, como a família, o mercado de trabalho, o modo de produção, a propriedade intelectual, a cultura, a religião, a educação, etc. Portanto, ao conquistar um espaço no discurso e nos meios de comunicação, o sistema socioeconômico se apropriou do discurso e da pauta feminista.

Na medida que a teoria feminista passa a apontar o capitalismo como um dos pilares de produção e reprodução da opressão feminina, ativistas feministas, como Angela Davis em “Mulheres, Raça e Classe” (2016), Cinzia Arruzza, Nancy Fraser e Thiti Bhattacharya em “Feminismo para os 99%: um manifesto” (2019), Helena Hirata e Danièle Kergoat em “A classe operária tem dois sexos” (1994), trazem luz sobre o debate de como o modo de produção capitalista lucra sobre essa opressão. Como exemplo, pode-se pautar o trabalho doméstico, um trabalho não pago e reconhecido socialmente como um papel natural da mulher de maneira que as trabalhadoras, além de precisarem integrar o mercado de trabalho formal para a sua sobrevivência, são submetidas como responsáveis pelo cuidado de casa e pela reprodução social, de forma que o capitalismo se apropria também da

capacidade reprodutiva das mulheres, colocando-as na função do cuidado e da criação de pessoas, o que demonstra uma das maneiras na qual a sexualidade da mulher é regulada e controlada.

Portanto, teóricas e ativistas como as autoras citadas, além de fundamentarem uma vertente feminista que pensa a opressão feminina a partir da lente de mulheres trabalhadoras, mulheres negras e mulheres que não possuem poder aquisitivo, expandindo o pensamento feminista para além de um movimento branco e burguês, problematizam o discurso de um feminismo que se separa dessas questões políticas, o chamado feminismo liberal. O discurso feminista que tem ganhado espaço nos meios de comunicação, nas propagandas, em grandes marcas, propaga um movimento que não identifica e não analisa a opressão das mulheres como estrutural, mas sim, uma opressão ideológica, que aponta os mecanismos dessa opressão majoritariamente no discurso machista, na desigualdade de gênero econômica e nas leis. O feminismo “*mainstream*” (“convencional, da mídia de massa”) é um movimento que tem seus ideais cooptados, esvaziando uma causa política, o que diminui o poder de questionamento que o movimento pode representar.

Apesar da existência de um feminismo controlado pelos ideais capitalistas, nesta pesquisa aderimos a uma compreensão que desnaturaliza e questiona o conceito de gênero, pensando não só nas diferenças e desigualdades de gênero, mas no que esse conceito significa teoricamente, historicamente e socialmente; a própria existência do gênero enquanto sistema de reforço que cria e proporciona a base para esse sistema de opressão, se torna uma questão necessária para os estudos de gênero e para o combate às desigualdades que ele prolifera dado que

gênero não é sexo, uma condição natural, e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição "conceitual" e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos. Esta estrutura conceitual é o que cientistas sociais feministas denominaram "o sistema de sexo-gênero". (Lauretis, 1987, p. 211).

Acerca disso, o segmento do movimento feminista que compreende a existência de um sistema de sexo-gênero aponta as maneiras pelas quais esse sistema submete as mulheres a posições de inferioridade, que variam dependendo de outras vivências que as caracterizam. Esse sistema é caracterizado por tecnologias sociais, que criam o discurso de gênero e são externalizadas nas práticas cotidianas da sociedade, tal como absorvidas e internalizadas por cada indivíduo que integra o funcionamento social (Lauretis, 1987).

De volta para Rubin, o sistema sexo-gênero é a base para uma organização socioeconômica baseada na troca de mulheres, que aponta a família, especialmente o casamento, como âmbito de submissão das mulheres como moeda de câmbio, na qual a agência das trocas ocorre entre os homens, o que reforça a posição estrutural de poder que ocupam sobre essas mulheres. “Se o objeto das trocas

são as mulheres, então são os homens que estão estabelecendo laços por intermédio delas, e estas não são parceiras, apenas um instrumento nesse intercâmbio.” (Rubin, 1975, p. 21).

Visto isso, no intuito de escapar do discurso vazio do feminismo liberal, é importante compreender os mecanismos que o gênero, enquanto conceito produzido socialmente, utiliza para justificar e reproduzir as desigualdades originadas pelo sistema sexo-gênero, a opressão feminina e o privilégio masculino. Também se faz essencial entender o feminismo como um movimento plural, considerando as contribuições políticas e teóricas dos vários feminismos, como o feminismo classista, que alinhado ao pensamento marxista, destrincha o papel do capital na opressão feminina, explorando sua relação com a propriedade privada e levantando questionamentos à forma que se dá a divisão sexual do trabalho no capitalismo, e o feminismo negro, que opera a luta pela emancipação das mulheres com a luta antirracista e é protagonizado por mulheres negras, que reivindicam o espaço do feminismo para entender que as vivências das mulheres brancas não são as mesmas das mulheres negras. Para lutar pelos direitos das mulheres, é necessário analisar esse coletivo na perspectiva da interseccionalidade.

Portanto, o debate feminista ao abordar questões referente à sexualidade da mulher, muitas vezes, deixa de pautar a heterossexualidade como um dos pilares do gênero enquanto tecnologia que instrumentaliza a submissão dos corpos femininos; logo, um dos comportamentos padronizados e impostos por esse conceito é a heterossexualidade como obrigatória ou compulsória. Dado isso, é necessário um recorte no feminismo para que sejam discutidas as vivências das mulheres que desafiam esse padrão de heteronormatividade e, nesse contexto, nasce o feminismo lésbico, que será explorado no item a seguir.

2. FEMINISMO LÉSBICO

O feminismo lésbico tem sido construído politicamente enquanto necessidade das mulheres lésbicas de se aprofundarem nas suas próprias questões sociais em meio ao movimento homossexual, dado que “Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez” (Rich, 1980, p. 36). A relocação da letra L para o início da sigla LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/transsexuais/travestis, intersexo e outros), que anteriormente era GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), depois GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros/transsexuais/travestis) já significou uma manifestação da necessidade de voltar mais atenção para as questões lésbicas dentro da comunidade. No próximo item veremos que, mesmo em movimentos unidos pela causa homossexual, as mulheres que participavam enfrentavam problemas como a falta de

representatividade e atitudes e falas machistas que eram presentes no cotidiano dos movimentos, como diz Jules-France Falquet, no capítulo “Lesbianismo”, do Dicionário Crítico do Feminismo, “as lésbicas não demoraram a criticar a misoginia, o funcionamento patriarcal e os objetivos falocêntricos do movimento homossexual, dominado pelos homens” (Falquet, 2009, p. 123).

2.1. APAGAMENTO, INVISIBILIDADE E RESGATE HISTÓRICO

O feminismo lésbico nasce em um contexto de resistência e questionamento, no eixo de lutas sociais e movimentos intelectuais como o movimento feminista e o movimento LGBTI+. Dessa forma, longe de ser um pensamento que engloba uma concordância entre as lésbicas feministas, é um campo de estudos e ativismo político que produz diferentes questionamentos e contribuições teóricas para o ativismo de gênero e sexualidade, de modo que: “O feminismo lésbico não ecoa em uníssono. Assim como no movimento feminista de modo geral, somos atravessadas por divergências teóricas, discordâncias políticas, bem como práticas e discursos dos “outros feminismos”.” (Sarmet, 2018, p. 380).

O pensamento lésbico-feminista propõe a disseminação de um feminismo desnaturalizante, opondo-se à ideia de que existem naturalmente mulheres e homens, que são na verdade categorias políticas. Em “Não se nasce mulher ” (1980), de Monique Wittig, a autora desenvolve o pensamento de Simone de Beauvoir em “O Segundo Sexo”, abordando a categoria mulher enquanto produto de uma relação social e, segundo Wittig, uma relação de exploração que reafirma as mulheres na posição de inferioridade e repressão à qual são submetidas. Nesse ensaio, Wittig propõe a identificação de uma gama de comportamentos que são impostos à essa categoria (mulheres), sendo um fator crucial, o sistema da heterossexualidade compulsória, que a autora compreende como “sistema social baseado na opressão das mulheres pelos homens e que produz a doutrina da diferença entre sexos para justificar a opressão” (1980, p. 9).

Assim, se a heterossexualidade é socialmente engenhada como obrigatoriedade para a definição de uma mulher, a lésbica, enquanto sujeito social, não se enquadra nessa categoria. À vista disso, Wittig coloca: “Lésbica é o único conceito que eu conheço que está fora das categorias de sexo (mulher e homem), porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, seja economicamente, politicamente ou ideologicamente” (Wittig, 1980, p. 9). Acerca disso, o feminismo lésbico posiciona o potencial de subversão da lesbianidade, que representa um desafio à submissão das mulheres e uma recusa à conformidade com o espectro de imposições sociais produzidas e forçadas às pessoas entendidas socialmente como mulheres.

Um grande ponto de foco do feminismo lésbico é a compreensão da heterossexualidade enquanto tecnologia política, ou seja, para além de um conceito que define a atração sexual e romântica orientada para o sexo oposto, como sistematização para possibilitar o acesso dos homens aos corpos das mulheres, como é colocado pela poeta e professora Adrienne Rich no ensaio “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”:

o problema que as feministas devem tratar não é simplesmente a “desigualdade de gênero”, nem a dominação da cultura por parte dos homens, nem qualquer “tabu contra a homossexualidade”, mas, sobretudo, o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas (1980, p. 34)

Acerca disso, Rich fundamenta uma das pautas de problematização pelo pensamento feminista lésbico como o pensamento de que a satisfação sexual e emocional masculina é um direito dos homens. Nesse sentido, é dever das mulheres garanti-lo e um meio de agência da heterossexualidade compulsória é localizado através da romantização das relações heterossexuais (Rich, 1980, p. 31). O romance heterossexual é vendido, não só como uma obrigatoriedade, mas como um sonho almejado, até uma salvação, da forma que é colocado nos contos de fada que são parte da socialização feminina desde a infância; discurso que se pode identificar, dentre outros, também na mídia, na arte, na política, no senso comum, na música.

Com essa compreensão, o feminismo lésbico assume a potência de crítica de uma heterossexualidade que, além de imposta, é penetrada nos discursos reproduzidos socialmente na formação de cada indivíduo que integra o corpo social, romantizando e normalizando relações heterossexuais que frequentemente promovem a desigualdade de poder e agência entre as pessoas que compõem a relação. Logo, o feminismo lésbico representa uma importância não apenas para as feministas de fato lésbicas, mas para o movimento feminista como um todo, visto que é importante atribuir um pensamento crítico à esfera da heterossexualidade enquanto instrumento de imposição e controle das mulheres, sobretudo de sua sexualidade, especialmente da sexualidade lésbica. Desse modo, um feminismo que não paute a questão da heterossexualidade compulsória, além de não ser um feminismo que engloba todas as vivências femininas, dado que as mulheres que não se enquadram na heterossexualidade não são contempladas, deixa também de posicionar uma visão crítica a uma das ferramentas que asseguram o controle sobre as mulheres, logo, “A suposição de que ‘a maioria das mulheres são heterossexuais de modo inato’ coloca-se como um obstáculo teórico e político para o feminismo.” (Rich, 1980, p. 35)

Assim, o feminismo lésbico problematiza o sistema da heterossexualidade enquanto tecnologia de controle, imposição social e ferramenta para o benefício masculino. Além disso, as feministas lésbicas incentivam a valorização das relações femininas, de maneira que sejam mais

cultivadas não apenas as relações romântico-sexuais entre mulheres, mas que sejam mais cultivadas também as amizades, parcerias e companhias entre mulheres, não com um cunho exclusivista, mas sim, enquanto meio de viabilizar a identificação entre as mulheres, fortalecendo o senso de sororidade da luta feminista. Esse fator é crucial para se pensar a emancipação feminina, visto que as figuras masculinas são colocadas socialmente como objeto de desejo, satisfação e superioridade, criando uma mentalidade de insuficiência entre muitas mulheres e enfraquecendo os laços femininos em prol de uma rivalidade engenhada pelo pensamento heteronormativo. Em oposição a isso, o feminismo pontuado neste item coloca:

há um conteúdo político-feminista nascente no ato de escolher uma mulher como amante ou companheira diante da heterossexualidade institucionalizada. Mas para que a existência lésbica concretize esse conteúdo político de forma definitivamente libertadora, a escolha erótica deve aprofundar-se e expandir-se através da identificação consciente entre mulheres – no feminismo lésbico (Rich, 1980, p. 43)

À vista disso, desenvolvemos neste item a defesa de uma luta lésbico-feminista com o intuito de reunir as teorias e movimentações políticas que sobreviveram às tentativas de apagamento histórico, o que Rich também abordou ao citar a destruição de documentos referentes à existência lesbiana como um dos meios pelos quais a heterossexualidade compulsória exerce poder sobre as mulheres (Rich, 1980, p.24). Logo, ao centralizar a discussão no contexto brasileiro, traremos exemplos, retirados em sua maioria do blog de uma das ativistas, Míriam Martinho, que registrava os acontecimentos e um acervo de imagens que retratam a resistência lésbica-feminista que compõe a história do feminismo lésbico no Brasil.

Um interessante ponto de partida para abordar a historicidade que dá forma ao movimento lésbico-feminista brasileiro é a formação do Grupo Lésbico-Feminista (LF), que nasceu no bojo do Grupo SOMOS, o primeiro coletivo homossexual no Brasil, fundado em 1978. Visto isso, as mulheres que integravam o grupo eram minoria em comparação com os homens gays e, assim, passaram a perceber que as pautas eram centralizadas nas vivências masculinas, o que evidencia a interseccionalidade da experiência de ser mulher e homossexual, trazendo, às mulheres do SOMOS, incômodos referentes ao sexismo dos homens do movimento. Para sanar essa problemática, em 1979 essas mulheres lésbicas passam a se organizar em um movimento separado que pautasse o pensamento e a militância feminista lésbica.

No dia 17 de maio de 1980, separam-se oficialmente do SOMOS, com o nome de Grupo Lésbico-Feminista (LF), através de uma publicação no jornal “Lampião da Esquina” redigida por algumas das integrantes assumindo a defesa da separação, baseada na necessidade de desenvolver entre as mulheres do coletivo, uma consciência feminista. Destacamos um trecho retirado da edição

do jornal que contém a publicação divulgando o texto das ativistas do LF: “Dada à especificidade da discriminação que sofremos enquanto mulheres e homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas das dos homens. As mulheres não podem descobrir o que têm em comum a não ser em grupos só de mulheres” (O racha [...], 1980, p.8).

Apesar de ter atuado em atividades políticas de destaque, como a manifestação contra a “operação limpeza”² do delegado Wilson Richetti, em junho de 1980 e a presença no Encontro dos Grupos Feministas de SP, também em junho de 1980, o LF passou a lidar com desentendimentos internos, o que levou a um abalo da coletividade e uma redução das integrantes do grupo. Em uma das últimas atividades do coletivo, a participação no III Congresso da Mulher Paulista (III CMP), em março de 1981, as militantes remanescentes enfrentaram preconceito de outras próprias feministas, dado que representantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) posicionaram-se a favor da expulsão das lésbicas do evento, demonstrando que, ao ingressarem na militância feminista, as lésbicas enfrentaram obstáculos para ocupar aquele espaço que também é delas e, causaram um impacto no movimento feminista da época. Após muitas tentativas não realizadoras de manutenção e continuidade, mais tarde, em 1981 o Grupo Lésbico-Feminista encerra suas atividades.

Figura 1- Grupo Lésbico-Feminista na manifestação contra a “Operação Limpeza”



Fonte: Memória Lesbiana Grupo Lésbicas Feminista. Fotografada por Silvana Afram.

Figura 2 - Faixa “Pelo Prazer Lésbico” nas escadas do Teatro Municipal de São Paulo, na manifestação contra a “Operação Limpeza”

² Refere-se à Operação policial que ocorreu em São Paulo, tendo grupos minoritários como alvo de repressão.



Fonte: Memória Lesbiana Grupo Lésbicas Feminista. Fotografada por Silvana Afram.

Portanto, as ativistas lésbicas Rosely Roth e Míriam Martinho, que faziam parte do Grupo Lésbico-Feminista (LF), pela causa lésbica, fundando, em parceria, o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), no dia 17 de outubro de 1981. Rosely Roth foi uma antropóloga e filósofa que se aprofundou nos estudos relacionados à vivência lésbica e se tornou reconhecida enquanto pioneira do movimento lésbico no Brasil, tendo se organizado em movimentos e participado do ativismo político pelos direitos das mulheres e da população homossexual, chegando a inclusive liderar protestos. Míriam Martinho é também uma das primeiras ativistas do movimento homossexual brasileiro, especialmente na organização política de mulheres lésbicas e representa um marco na história lésbica brasileira ao fundar, em 1994, o movimento de saúde lésbica no Brasil, divulgando informações para mulheres que se relacionam com outras mulheres, como a primeira campanha de prevenção, direcionada a esse público, às ISTs, em especial a AIDS.

O GALF durou até ser dissolvido por desavenças internas, em aproximadamente 1990, e deixou um grande legado para a história da resistência lésbica, principalmente pela atuação na “Revolta do Ferro’s Bar”, que será retomada ainda nesse item e pela participação em lutas políticas em parceria com outros movimentos pelos direitos homossexuais e contra a heterossexualidade compulsória que era ainda mais repressiva na época de atuação do coletivo. No período de atividades, o movimento retomou as publicações do jornal independente “Chanacomchana”, iniciado pelo LF.

O “Chanacomchana” teve seu primeiro lançamento no dia 8 de março de 1981, porém, devido às turbulências internas que o movimento LF enfrentava, foi suspenso durante um período de tempo até que, em dezembro de 1982, retorna sob a administração do GALF no modelo de boletim que circulava trimestralmente. Tendo lançado publicações até 1987, “o periódico lésbico pioneiro trazia desde poemas sáficos até discussões sobre temas como a invisibilidade da mãe lésbica, política, movimentos internacionais e mercado de trabalho” (GRUPO [...], 2022). Logo, o “Chanacomchana”, além de abordar temáticas como o aborto, as mulheres no esporte, as mulheres na política e questões já focalizadas pelas ativistas feministas no geral, representou para muitas mulheres lésbicas uma fonte

de informações sobre elas próprias, sobre a existência lésbica na cultura, na poesia, no erotismo, no romantismo, nas manifestações políticas e diversas outras esferas onde essa existência não era comentada.

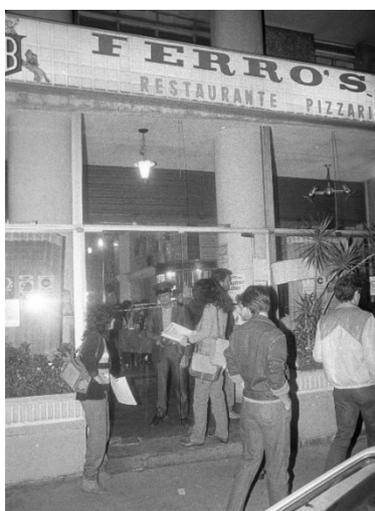
Figura 3 - Rosely Roth com edição do Chanacomchana



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo.

Outro marco importante para manter viva a história da luta lésbica e feminista no Brasil é a conhecida Rebelião do Ferro's Bar. O Ferro's Bar era um bar localizado na cidade de São Paulo (SP), na rua Martinho Prado, e foi um marco para uma geração de lésbicas da cidade, visto que foi um ponto de socialização entre mulheres lésbicas, aproximadamente dos anos 60 até os anos 90. Assim, enquanto local de encontro para lésbicas durante o período da Ditadura civil militar, o Ferro's Bar carrega uma história de resistência, dado que muitas mulheres lésbicas da época tinham esse espaço como um ambiente para serem elas mesmas, se portar da maneira que se sentiam confortáveis, flertar com outras mulheres, externalizar suas sexualidades e, a partir disso, cultivar sentimentos como a identificação e o orgulho.

Figura 4 - Fachada do Ferro's Bar



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo.

Muitas das lésbicas que frequentavam o espaço do bar eram também militantes feministas do GALF, utilizando o Ferro's Bar como um local para incentivar a produção cultural e política voltada para o público lésbico. Como uma dessas atividades político-culturais era a circulação do boletim Chanacomchana, em 1983, o dono do bar impediu que algumas militantes do grupo feminista lésbico entregassem a edição do jornal que estava sendo distribuída. Assim, como foi colocado por Fanny Spina França, ativista, historiadora e pesquisadora do movimento lésbico brasileiro que redigiu o artigo “Orgulho Lésbico: A memória da revolta do Ferro's Bar e reflexões para as lésbicas do presente”: “As lésbicas só eram aceitas em seu estabelecimento enquanto clientes que consumiam, porém inadmissíveis quando se mobilizavam e debatiam politicamente” (França, 2020).

Nesse contexto, esse impedimento gerou um movimento de revolta, em que as ativistas lésbicas, principalmente militantes do GALF, organizaram uma manifestação no Ferro's Bar, no dia 19 de agosto de 1983. Além da manifestação que ocorria na frente do bar, após uma tentativa bem sucedida de driblar um dos seguranças, o local foi ocupado pelas ativistas que reivindicavam o direito da circulação do boletim Chanacomchana, assim como a liberdade de expressão e a luta contra a lesbofobia. Rosely Roth se destaca durante a revolta, liderando a movimentação e recitando um manifesto contra a violenta repressão da existência lésbica e a favor dos direitos lésbicos. No documentário “Ferro's Bar” (2022), realizado pelo coletivo Cine Sapatão, são exibidos relatos de mulheres que frequentavam o bar e estavam presentes no dia da revolta, sendo compartilhado por uma delas que esta foi a primeira vez que ela presenciava um discurso político sendo feito sobre lésbicas.

Figura 5 - Rosely Roth discursando durante a Revolta no Ferro's Bar



Fonte: Memorial de Resistência de São Paulo.

O Levante do Ferro's Bar ficou lembrado na história da luta lésbica no Brasil, de modo que a data 19 de agosto ficou marcada como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico, referenciando e homenageando esse evento de resistência lésbica, que resultou na liberação da venda dos panfletos no local do bar. Acerca disso, para além de conceituar o que é o feminismo lésbico e o que esse movimento político e teórico defende, um dos objetivos da pesquisa é manter viva a história das mulheres lésbicas que fizeram e fazem parte da luta pelos direitos lésbicos no Brasil, assim como demonstrar que as pautas defendidas por elas são não só de interesse das feministas lésbicas, mas devem ser compreendidas enquanto pautas para o movimento feminista como um todo. A existência de um movimento feminista lésbico para além do movimento homossexual e do movimento feminista, nasce não de uma mentalidade segregacionista, e sim, da necessidade de espaços direcionados para pautas que envolvem a interseccionalidade de ser mulher e ser homossexual.

2.2. AMEAÇA À CISHETERONORMATIVIDADE E REPRESSÃO DA LESBIANIDADE

A lesbianidade tem sido definida enquanto desvio da tradicionalidade, das normas sociais e de uma série de categorias entendidas como naturais pela sociedade. Por isso, a sexualidade lésbica enfrenta confrontos e repressão pelos agentes do pensamento conservador, dado que as relações homoafetivas entre mulheres assumem uma posição audaciosa em meio a uma sociedade centrada na masculinidade. Assim, essa repressão é fundamentada em considerar a relação lésbica enquanto divergente e, considerar a ausência da relação hétero enquanto ameaçadora, o que produz uma marca em como é vista socialmente a lesbianidade. Simone de Beauvoir conceitua essa identidade da seguinte forma: “A lésbica caracteriza-se, com efeito, pela recusa do macho e seu gosto pela carne feminina” (Beauvoir, 2019, v. 2, p. 164).

Assim, compreendemos que a lesbianidade é colocada em questão, não apenas porque a homossexualidade é um tabu, mas o desvio da heterossexualidade também. Logo, utilizaremos Rubin para explorar o papel da heterossexualidade no funcionamento social, enquanto obrigatoriedade para manter o padrão de relações socioeconômicas de interdependência entre o homem e a mulher, na qual o homem simboliza o provedor e a mulher a cuidadora. O desvio da heterossexualidade representa um desacordo diante do sistema de organização social, que diferencia os sexos ordenando um papel social para cada, como é desenvolvido pela antropóloga: “Gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele obriga também a que o desejo sexual seja orientado para o outro sexo” (Rubin, 1975, p. 28).

No ensaio de Rubin, escrito na década de 70, é introduzido o conceito de tráfico de mulheres, referindo-se à sistematização social que, por meio de instituições como a família e o casamento, as

mulheres são colocadas como posses, trocadas e presenteadas entre os homens, que detêm poder socioeconômico para ocuparem a posição de agentes dessas relações de troca. Dessa forma, segundo a autora, toda mulher já nasce “prometida” a um homem, de modo que não detém de si mesma, mas sim, simboliza um valor em meio ao status social de outros homens, por exemplo, o pai que troca a filha com um pretende para casamento e, a mulher que antes era posse do pai, torna-se posse do marido. Nesse contexto, Rubin utiliza a obra “As estruturas elementares de Parentesco” (1969), do antropólogo Claude Lévi-Strauss, para ressaltar a ideia de tabu da heterossexualidade, como equivalente do tabu do incesto, já que, por meio da proibição das uniões homossexuais, são impostas as relações entre os sexos opostos (Rubin, 1975).

Essas trocas são entendidas como princípio da organização social baseada no sistema do sexo/gênero, em que as mulheres não são parceiras agentes na realização dessas trocas e, sim, meros instrumentos que são trocadas. O desvio da heterossexualidade pelas mulheres, representa especialmente não apenas essa segregação do sistema socioeconômico que se apoia na heterossexualidade como base para as relações, mas também uma perda do objeto de troca por parte dos homens, visto que, uma mulher que não participa de uma relação conjugal com um homem, perde sua utilidade para a lógica das trocas de mulheres.

A partir disso, Rubin pensa o papel da lesbianidade em meio à organização social em destaque, refletindo sobre o que significa uma relação lésbica para o ponto de vista de uma sociedade que mantém os valores tradicionais e a visão da mulher como objeto de troca:

O que aconteceria se nossa mulher hipotética não apenas recusasse o homem a quem a destinaram mas também quisesse casar-se com uma mulher? Se uma recusa única constitui um desafio, uma dupla recusa já seria uma rebelião. Se toda mulher já está prometida a determinado homem, nenhuma tem o direito de dispor de si mesma. Se duas mulheres conseguissem escapar desse sistema de dívidas, seria preciso conseguir duas outras mulheres para substituí-las. (Rubin, 1975, p. 31)

Desse modo, um homem sem “receber” uma mulher, significa também um homem sem “ceder” uma mulher a essa dinâmica, e, um relacionamento lésbico significa um enfrentamento duplo a esse modo de organização social. Assim, a lesbianidade ameaça os valores e a lógica que sustenta a troca de mulheres que caracteriza as sociedades nas quais a organização é baseada no sistema sexo/gênero, de maneira que, apesar de socialmente reprimida e excluída, a identidade lésbica representa também uma oportunidade de libertação das mulheres lésbicas das várias camadas do pensamento sexista e da heterossexualidade compulsória, visto que esse enfrentamento é parte da existência lésbica como um todo, como reforça Adrienne Rich, “A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres” (Rich, 1980, p. 36).

Logo, se parte dos comportamentos que envolvem o que é designado socialmente como ser mulher ou enquanto papel das mulheres são ligados à heterossexualidade, as mulheres lésbicas se enquadram enquanto desvio da própria categoria de mulheres. Nesse contexto, Monique Wittig, no artigo “Não se nasce mulher” (1980) desenvolve esse pensamento, constatando que “Lésbica é o único conceito que eu conheço que está fora das categorias de sexo (mulher e homem), porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, seja economicamente, politicamente ou ideologicamente.” (Wittig, 1980, p. 9).

Visto isso, a existência lésbica pode significar uma quebra da lógica que aprisiona mulheres como pertences dos homens, por representar uma identidade que desvia das categorias criadas socialmente para definir os papéis e estereótipos de gênero, definindo o que são homens e o que são mulheres. Portanto, esse potencial de subversão que a lesbianidade representa, desencadeia socialmente a repressão da sexualidade e das afetividades lésbicas enquanto ferramenta de contenção desse potencial de ameaça que representam. Assim, a respeito desse esforço de repressão,

uma característica da opressão lésbica consiste precisamente em deixar as mulheres fora do nosso alcance, já que as mulheres pertencem aos homens. Desta forma, uma lésbica tem que ser outra coisa, uma não-mulher, um não-homem, um produto da sociedade, não um produto da natureza, pois não existe natureza na sociedade. (Wittig, 1980, p. 4)

Em uma sociedade heteronormativa, as mulheres que fazem parte da comunidade lésbica são marginalizadas, condicionadas a viverem sua sexualidade de forma afastada do que é culturalmente reconhecido como válido e natural. Assim, a repressão da lesbianidade produz, muitas vezes, um efeito de internalização nessas mulheres, o que faz com que muitas delas não vivenciem sua sexualidade por muito tempo da vida ou só a experienciem em determinados lugares. Nesse sentido, nem todas as mulheres lésbicas vivem a mesma realidade, sendo importante considerar que gerações mais antigas viveram um período de ainda mais repressão e apagamento da existência lésbica, o que pode influenciar a descoberta relativamente tardia da sexualidade, assim como mulheres lésbicas que vivem em determinados contextos, como cidades pequenas ou áreas rurais, por exemplo, ou com recursos econômicos escassos, dificultando o contato com o diálogo livre de discriminação e estigmas sobre a lesbianidade. Esses fatores contribuem para a reafirmação da heterossexualidade enquanto possibilidade única e obrigatória, dado que “Um dos muitos meios de reforço é, obviamente, deixar invisível a possibilidade lésbica” (Rich, 1980, p. 34-35).

Portanto, apesar de serem essenciais para a descoberta, a segurança e a vivência das sexualidades e vivências não cisheteronormativas, a própria existência de lugares reconhecidos como “gay” ou “LGBTI+” são uma consequência da marginalização das identidades que compõem esses espaços. Se existem locais específicos onde pode ser libertada a lesbianidade, é porque nos meios de

convivência comum ela não é bem-vinda. No texto “Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero”, Maria Juracy Filgueiras Toneli e Juliana Perucchi, trazem um trabalho etnográfico feito sobre mulheres que frequentavam uma boate voltada para o público gay e lésbico, as entrevistadas relatam que o principal motivo para comparecerem ao local é por poderem encontrar pessoas nas quais podem se identificar e se expressar livremente. No entanto,

A possibilidade que algumas mulheres têm de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outras mulheres, aparece como o divisor de águas entre o espaço da boate – e numa análise mais generalizada, entre as áreas liberadas – e os demais espaços, restritos ao trânsito e às manifestações de desejo e espontaneidade desse público (Toneli e Perucchi, p. 43, 2006)

Toneli e Perucchi ressaltam a importância do não contentamento com apenas determinadas zonas onde é livre a expressão da homossexualidade, nomeadas pelas autoras enquanto “guetos”. Assim, se faz necessária uma reflexão acerca de como a heteronormatividade e a repressão da sexualidade lésbica se estendem à territorialidade do cotidiano, no qual também isolam geograficamente as pessoas que não se enquadram no padrão da heterossexualidade, dando forma à mais um dos desafios enfrentados pelas mulheres lésbicas devido ao fato de como é encarada socialmente essa orientação sexual.

Dessa forma, Monique Wittig convida a pensar em uma alternativa de organização social que não recorra ao sistema sexo/gênero como base, na intenção de idealizar uma sociedade livre dos papéis e categorizações reforçados pelo gênero, sendo um deles a obrigatoriedade da heterossexualidade. Nesse sentido, constata:

Para nós, isso é uma necessidade absoluta, nossa sobrevivência exige que empreguemos todas as nossas forças para a destruição da classe de mulheres dentro da qual os homens se apropriam das mulheres. Isso só pode ser conseguido pela destruição da heterossexualidade como um sistema social baseado na opressão das mulheres pelos homens e que produz a doutrina da diferença entre sexos para justificar a opressão. (Wittig, 1980, p. 9).

Por meio dessa proposta de reflexão e atuação feminista, compreendemos a importância que o ativismo lésbico representa para a luta pelos direitos das mulheres e para a contestação das normas socialmente reproduzidas que se baseiam em valores patriarcais, dado que “a lesbofobia defende interesses econômicos precisos no contexto de uma divisão sexual do trabalho” (Falquet, 2009, p. 125), contribuindo para categorizar funções sociais e profissões enquanto femininas/masculinas, limitando a gama de opções em que mulheres podem se realizar profissionalmente ou até serem respeitadas enquanto profissionais. A partir disso, pode-se compreender que a repressão da lesbianidade vai muito além do preconceito contra os relacionamentos homoafetivos entre mulheres, porque a lesbofobia enquanto problema estrutural da sociedade faz parte de um conjunto de normatizações que atravessam a vida social. Para nos aprofundarmos na maneira que essa questão

produz efeitos na história e no cotidiano das mulheres lésbicas, apresentamos no item a seguir análises construídas com um grupo de mulheres que compõem o Coletivo Lésbico de Uberlândia (CoLeUdi).

3. COLETIVO LÉSBICO DE UBERLÂNDIA - A VOZ DE MULHERES LÉSBICAS

Na intenção de incluir na pesquisa relatos de mulheres lésbicas da cidade de Uberlândia, foi realizado um Grupo Focal com algumas mulheres que fazem parte do Coletivo Lésbico de Uberlândia (CoLeUdi), o único grupo organizado pela causa lésbica na cidade. Além de vivenciarem a realidade da existência lésbica dessa cidade, estão inseridas na produção de atividades políticas e culturais voltadas para o público lésbico, através do coletivo e das contribuições profissionais/individuais das mulheres que o integram. Algumas dessas atividades são: rodas de conversa para abordar temáticas da vivência lésbica; exposição de filmes, documentários e curtas com casais sáficos e tramas que envolvem a lesbianidade; eventos temáticos mensais voltados para o lazer e a integração da comunidade lésbica; organização do sarau lésbico no mês de Agosto (quando se comemora o orgulho e a visibilidade lésbica), que conta com performances musicais de artistas lésbicas, atividades artísticas como confecção de cartazes decorativos com mensagens sobre a resistência lésbica e feira com vendedoras (es) locais, priorizando a exposição de vendedoras (es) e artesãs (os) que são mulheres ou fazem parte da comunidade LGBTI+. Além disso, o coletivo costuma marcar presença em manifestações políticas de pautas municipais e nacionais e utiliza a rede social como meio de comunicação a favor de divulgar informações sobre assuntos que afetam a vida das mulheres lésbicas.

Após entrar em contato com o coletivo com a proposta da pesquisa, as participantes que aceitaram compô-la receberam um questionário para uma identificação prévia e depois foi combinada a data e o horário para nos reunirmos em um café, em Uberlândia, onde foi realizado o grupo focal. Anteriormente, foi preparado um roteiro pré-estruturado contendo os tópicos de discussão, muitos desses acabaram sendo tratados durante as falas sobre outros assuntos, dispensando que eu os provocasse. A conversa começou com a minha apresentação e agradecimento pela participação de todas, depois, uma breve apresentação sobre a pesquisa e sobre as motivações que me levaram estudar o tema, que consiste justamente na carência de estudos e informações sobre a existência lésbica, sobretudo na cidade de Uberlândia. Com isso, convidei-as a falar um pouco sobre cada uma, expliquei que poderiam opinar sobre a fala umas das outras, contribuindo com o ponto de vista de cada uma sobre as questões levantadas e fiz a primeira provocação, dando início ao debate. Acerca disso, foi possível abranger diferentes experiências, de diferentes recortes temporais, etários, profissionais e individuais.

Quadro 1 - Identificação das participantes

Nome ³	Idade	Raça/Etnia	Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Filho(a)s	Religião
Júlia	18	Preta	Ensino Médio Completo	Estudante e operadora de telemarketing	Solteira	0	Nenhuma
Beatriz	45	Parda	Pós graduação/ Mestrado Completo	Servidora pública como assistente social	Divorciada	0	Umbandista
Clara	32	Branca	Superior completo	Professora e artista	Solteira	0	Nenhuma
Natália	33	Branca	Pós graduação/ Mestrado Completo	Advogada	Solteira	0	Nenhuma
Eva	43	Branca	Pós graduação/ Mestrado Completo	Atriz e professora	Solteira	0	Respeita e frequenta diversas religiões
Vitória	27	Branca	Superior incompleto	Compradora em restaurante e artista	Casada	0	Agnóstica
Alice	35	Branca	Pós graduação/ Mestrado Incompleto	Nutricionista	Divorciada	0	Nenhuma

Fonte: Formulário criado pela autora e preenchido pelas participantes.

A partir do questionário, foi possível analisar que a maioria das integrantes possuem elevada escolaridade, o que se relaciona com as oportunidades profissionais alcançadas e a posição socioeconômica que ocupam. Para além disso, a maioria delas se autoidentifica como brancas, o que

³ Nomes fictícios por ética de pesquisa, no intuito de preservar o anonimato das participantes

influencia no modo como são lidas socialmente, dado que o racismo também configura uma opressão estrutural e define, de muitas formas, as questões sociais que atravessam as pessoas que não se enquadram na branquitude, como pretas(os), indígenas, pardas(os) e amarelas(os) e, somatizadas com a opressão da lesbianidade, configuram uma vivência ainda mais marginalizada. Além disso, as dificuldades que se relacionam à escassez de recursos financeiros, em muitos casos, geram como consequência o trabalho excessivo para a sobrevivência no sistema capitalista, de forma que o tempo disponível dessas pessoas para se dedicar ao ativismo político também se reduz.

O grupo focal teve início com relatos de cada uma das participantes sobre a descoberta da sua sexualidade, relacionamentos e as questões sociais, principalmente familiares, que cada uma enfrentou ao se assumirem lésbicas. Beatriz, que viveu a juventude nos anos 90, esteve em uma relação heteroafetiva por quatro anos, que terminou quando ela compreendeu seu desejo por mulheres. Ao ter uma conversa no telefone escutada pelo seu pai, teve sua sexualidade descoberta e sofreu violência física, por ele praticada, sendo impedida de nadar esportivamente, como costumava fazer. Além disso, foi intimada a participar de um encontro com pessoas consideradas autoridades da família que eram, em sua maioria, homens. Ela relata que teve que se sentar em uma mesa com sua família, que expunha a sexualidade dela e discutiam a possibilidade de uma internação na Comunidade Terapêutica Peniel⁴, em Uberlândia. Por fim, a internação não aconteceu, mas o episódio ocasionou uma exclusão por parte da família, que não aceitou sua lesbianidade.

O próximo relato foi compartilhado por Alice, que é sobrinha de Beatriz e tinha apenas 10 anos na época em que sua tia passou pelas violências familiares motivadas pela lesbofobia, sendo inclusive privada do contato com a tia para não ser por ela “influenciada”. Anos depois, Alice se entendeu como lésbica, mas só assumiu e vivenciou sua sexualidade com liberdade ao se mudar, recém-formada em Nutrição, para o Rio de Janeiro, onde viveu um longo relacionamento com uma mulher. Ela relata ter vivenciado um distanciamento por parte da mãe, contribuindo para um sentimento de isolamento em relação ao restante da família. Alice compartilha que esse relacionamento herdava padrões heteronormativos e, por isso, ela entende que foi tóxico em alguns sentidos. Sua tia, Beatriz, vivenciou algo parecido, quando viveu seu primeiro relacionamento com outra mulher e foi vítima de violência doméstica durante quatro anos. Ela relata que ao realizar uma denúncia na delegacia, sofreu lesbofobia ao dizerem que esse é o resultado de querer se relacionar com outra mulher.

⁴ Centro de tratamento de dependência química.

Mulheres lésbicas, em muitos casos, não têm em quem se espelhar ao construir relacionamentos românticos, já que os modelos representados socialmente e pelos meios de comunicação retratam em sua maioria casais heterossexuais. Por isso, é possível relacionar essa questão com o que se pode analisar em termos de relações abusivas na comunidade lésbica. No artigo “A toxicidade oculta em relacionamentos lésbicos”, Bruna Ferraroli Amaral, Leila Frayman e Mino Correia Rios, analisaram como a falta de referência produz essa sequela nos relacionamentos entre mulheres: “O que acontece é que quando uma mulher se entende como lésbica é como se não houvesse um parâmetro de relacionamento, tendo em vista que toda sua referência é pautada em relações heteroafetivas.” (Amaral, Frayman, Rios, 2023, p. 189). Outro ponto trabalhado pelas(os) autoras(es) é que esses relacionamentos abusivos podem estar relacionados à construção social dos papéis femininos, dado que “tendem a desconsiderar a possibilidade de uma mulher assumir o papel de abusadora em uma relação afetiva, pois o gênero feminino é associado à doçura, à compreensão, à maternidade, ao cuidado, ao acolhimento” (Amaral, Frayman, Rios, 2023, p. 188).

No grupo focal, outro relato compartilhado foi o de Eva, que se descobriu quando cursava Teatro, na Universidade Federal de Uberlândia, aos 20 anos. Ela conta que se assumiu nos anos 2000, período após sua mãe ter perdido muitos amigos homossexuais que eram soropositivos, o que contribuiu para que ela sofresse com a sexualidade da filha. Eva relata que a liberdade sexual propagada pelo seu ciclo social na faculdade contribuiu para que ela vivenciasse a sua sexualidade e se relacionasse com outras mulheres de uma maneira mais livre. Ela lamentou não ter participado de uma coletividade lésbica durante os primeiros anos da juventude e da descoberta da sua orientação sexual. Dessa maneira, Adrienne Rich ressalta o valor de cultivar esses laços para além das relações românticas, mas também para nutrir o apoio entre mulheres que passam por vivências semelhantes, dado que

há um conteúdo político-feminista nascente no ato de escolher uma mulher como amante ou companheira diante da heterossexualidade institucionalizada. Mas para que a existência lésbica concretize esse conteúdo político de forma definitivamente libertadora, a escolha erótica deve aprofundar-se e expandir-se através da identificação consciente entre mulheres – no feminismo lésbico (Rich, 1980, p. 43)

A respeito de suas vivências românticas, Eva conta que mantém relações não-monogâmicas com mulheres pelas quais desenvolveu afetos. Nessa temática, algumas mulheres dentro da comunidade lésbica exploram formas de se relacionar que se desviam da carga herdada por aquelas relações heterossexuais em que são reforçadas a submissão da mulher e a posse, o ciúme excessivo, entre outras problemáticas que contribuem para a toxicidade e o abuso nos relacionamentos.

Para além disso, a participante Clara também cursou Teatro na Universidade Federal de Uberlândia, de 2008 a 2015 e relata ter ouvido falar de Eva, principalmente por ela ser uma lésbica assumida no meio do teatro. Clara se assumiu lésbica aos 17 anos e conta que sua sexualidade foi uma quebra de expectativas para a sua mãe, que assim como a grande maioria das pessoas que são criadas nos valores socialmente predominantes, esperava ter uma filha heterossexual. Sobre isso, ela comenta que sua expressão estética foi, durante sua vida, uma característica que contribuiu para que ela fosse socialmente reconhecida enquanto sapatão e que o cabelo curto, por exemplo, foi um ato de libertação, porque segundo ela, o cabelo comprido nunca combinou com ela. Ela também saiu de Uberlândia, mudando-se para Florianópolis (SC) e depois para São Paulo. Atualmente, trabalha como professora de Artes em uma escola de Indianópolis (MG) no começo da semana e relata que nesse ambiente de trabalho sente que precisa andar na defensiva, porque sua identidade pode ser questionada a qualquer momento.

Outro relato foi fornecido por Vitória, que cresceu em uma fazenda com a sua família. Ela conta que sua sexualidade foi aflorando quando ela passou a ter sentimentos românticos por uma amiga, com a qual ela vivenciou um romance adolescente em 2012. Ela conta que, em comparação com a outra menina, era mais envolvida emocionalmente, o que causava sofrimento a ela. Um dia, ela estava triste devido a essa relação e foi questionada pela mãe sobre o que estava acontecendo, se era sobre algum menino. Assim, Vitória confessou que era melhor se fosse sobre um menino, abrindo-se com a mãe sobre a sua sexualidade, e ela pediu-lhe que se distanciasse da menina pela qual nutria esse afeto. Ela conta que seu irmão mais velho já era abertamente gay e, com isso, iniciou-se um debate sobre situações em que mais de um filho rompe com as expectativas heteronormativas e os pais sentem uma espécie de culpa. Foram mencionadas falas de mães e pais como meu útero é amaldiçoado, onde foi que eu errei, indicando que, em muitos casos a homossexualidade dos(as) filhos(as) representa um motivo de preocupação e decepção para a família.

Vitória também relatou algumas situações de preconceito que enfrentou com a família da sua esposa, que demonstrou mais resistência em se conformar com a relação das duas. Ela conta que foi colocada na posição de influenciadora, como se tivesse tido algum efeito sobre a sexualidade da esposa, julgada como culpada por se relacionar com outra mulher. Em sequência à falta de aceitação por parte da família, o casal passou por uma situação invasiva em seu próprio espaço e por um desrespeito com suas sexualidades e com o relacionamento, quando foi feita na casa delas, por pessoas da família, uma intervenção contra a relação.

O relato seguinte foi compartilhado por Natália, que introduziu sua história afirmando-se enquanto lésbica que teve uma descoberta tardia. Cursou Direito e durante esse período de sua vida,

sempre se encontrou em ciclos heteronormativos, pela convivência com as pessoas que conheceu na faculdade e também sua família, que é conservadora. Aos 25 anos, ela assumiu seu desejo e interesse por se relacionar com mulheres, porém, não se denominava uma mulher lésbica, porque a possibilidade de não se relacionar romanticamente e sexualmente com homens não cruzava sua cabeça. Como explorado no item anterior, uma característica da heteronormatividade é a maneira pela qual a relação heterossexual é socializada como obrigatoriedade, estando presente nas expectativas das sucessivas gerações, de modo que “para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma ‘preferência’, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força” (Rich, 1980, p. 35).

Nesse contexto, ela compartilha que durante a época em que não entendia uma atração direcionada exclusivamente para mulheres, começou a se envolver com um homem com o qual ela estava saindo e conhecendo melhor. Ela conta que um dia foram para a residência dele e estavam só os dois e a expectativa era que ela fosse ter sua primeira experiência sexual, mas conforme trocavam carícias, ela experienciou uma crise alérgica, sentindo coceiras pelo corpo, o que a impediu de se sentir confortável no momento. O relato recebeu um viés cômico tanto na maneira como foi exposto, quanto como foi recebido pelas outras mulheres que integravam o grupo focal, face à resposta que o corpo dela teve àquela interação. Porém, após esse episódio, Natália passa a se entender como uma mulher lésbica, aos 27 anos.

Ela conta que também passou por enfrentamentos com a aceitação familiar, já que sua mãe teve um processo difícil para reconhecer a lesbianidade da filha e seu pai tinha muitos ideais conservadores, que atravessam a homofobia. Ela faz um recorte referindo-se à época das eleições presidenciais, quando teve que rebater falas bolsonaristas do pai, por exemplo, que já sabia da sexualidade dela. Além disso, Natália conta uma situação que vivenciou no ano novo, quando ela e Clara estavam namorando e passaram essa festividade com a família de Natália e tiveram um momento romântico censurado pelos pais. Uma característica lesbofóbica é a maneira que a sociedade não quer que as demonstrações de afeto sejam visíveis, sendo reprovados comportamentos que demonstram que as duas mulheres estão em uma relação romântica, como se tivessem que viver escondendo ou disfarçando essa característica, até em momentos com a própria família.

A última participante a compartilhar a história da descoberta da sua sexualidade foi Júlia, que é a mais nova do grupo. Ela começou a entender sua lesbianidade durante uma época que morava em João Pinheiro e frequentava a Igreja Evangélica, na qual a comunidade continuou tentando fazê-la voltar, mesmo depois que parou de frequentar. Aos 17 anos, assumiu-se lésbica e lidou com um distanciamento da mãe. Assim que se formou na escola, ela veio para Uberlândia e apresentou sua

primeira namorada para a família, porém, sua mãe encarava a situação tratando a namorada como se fosse uma amiga da filha. Além disso, depois de assumir esse relacionamento, a Igreja que frequentava parou de entrar em contato com ela.

Após as histórias compartilhadas sobre como cada uma se descobriu e se assumiu, foi colocado em questão o próprio ato de “ter” que se assumir, que também é uma sequela da organização heteronormativa. Natália e Eva comentaram sobre como se assumir também pode ser viver a sua sexualidade publicamente, para além do modelo esperado de contar como uma grande revelação, mas também ter a liberdade de expor relacionamentos ou de simplesmente não esconder as partes da personalidade e da vida pessoal que se entrelaçam com a lesbianidade que elas vivenciam, dado que

Hoje, começamos a abandonar os discursos de normalização e de enquadramento das nossas afetividades dentro da respeitabilidade e da heteronormatividade, de modo que agora já não buscamos mais não “parecer” lésbicas, mas exalar sapatonicidade, nossos desejos e prazeres (Sarmet, 2018, p. 385).

Outro tópico trabalhado no Grupo Focal foi a relação entre a lesbofobia e o mercado de trabalho, objeto de reflexão sobre as barreiras que as mulheres lésbicas enfrentam devido à sua identidade ao ingressar nessa área. Clara inicia a discussão contando sobre a experiência que vive na escola na qual leciona, contando que o ambiente é tradicional e que é possível observar que os(as) alunos(as) percebem-na como diferente, pelo seu modo de se portar, roupas que desviam do padrão de feminilidade, entre outras. Ela compartilha um episódio que sentiu como perseguição, quando advertida pela diretora da escola e questionada sobre ter falado em sala de aula que é uma mulher lésbica. Eva, em contrapartida, diz se posicionar como mulher lésbica no ambiente de trabalho e de assumir uma relação espontânea com a sua expressão pessoal, vestindo-se, conforme sua vontade, tanto com peças que se enquadram no padrão de feminilidade esperado das mulheres, quanto de forma desviante dessas normas, porém, diz se adequar às vezes à maneira que entende que será mais respeitada, dependendo do público que frequenta o local.

Natália relata que a sua experiência também está muito ligada à aparência, porque é esperado de mulheres no ambiente de trabalho que estejam sempre arrumadas, atraentes e femininas. Ela conta que não gosta de usar maquiagem e tem preferência por se sentir confortável e, ao compreender a pressão colocada sobre as mulheres para se portarem de tal forma esteticamente, sente-se ainda menos interessada em se adequar a essas expectativas. A respeito dessa relação entre a lesbianidade, o ambiente de trabalho e a aparência, Rich coloca:

Uma lésbica “no armário”, devido ao preconceito heterossexista no trabalho, não é simplesmente forçada a negar a verdade sobre suas relações no mundo exterior ou na sua vida privada. Seu emprego depende de que ela finja ser não apenas heterossexual, mas também uma mulher heterossexual em termos de seu vestuário, ao desempenhar um papel feminino, atencioso, de uma mulher “de verdade”. (Rich, 1980, p. 28)

Nesse sentido, essa reflexão traz luz sobre a percepção de que, além do ser lésbica representar um desvio, o parecer e/ou aparentar-se, também representa. A forma que mulheres são cobradas a se portar seguindo algumas normas estéticas até nos ambientes profissionais, demonstra que a aparência feminina é sempre avaliada e considerada, às vezes até acima das habilidades profissionais, o que confere um conjunto de problemáticas voltadas à maneira que a presença da mulher é lida, especialmente em ambientes predominantemente masculinos.

Alice incrementa o debate compartilhando uma sensação de, no ambiente de trabalho, precisar ser muito competente para compensar o fato de ser lésbica, constatação que foi recebida com expressões de concordância pelas outras mulheres. É comum, entre mulheres, o sentimento de que precisam ser extremamente boas e prestativas no que fazem para obter respeito, principalmente porque em muitas profissões, são inferiorizadas em relação aos homens. Assim, ao se tratar de mulheres lésbicas, por exemplo, essa sensação fica ainda mais aflorada, principalmente se essa mulher lésbica não for branca, face ao acúmulo de responsabilidades que são internalizadas por muitas pessoas pertencentes a categorias marginalizadas socialmente.

Vitória conta que, em seu ambiente de trabalho como compradora, as questões sofridas por ela são mais referentes à vivência de ser mulher naquele espaço, visto que ela trabalha com muitos homens. Uma situação compartilhada foi quando durante uma reunião que tratava a função que ela desempenha, ela estava sendo ignorada pelos colegas de trabalho, que discutiam entre si enquanto ela falava sobre seu próprio encargo. Outro ponto levantado por ela foi que, em diversas situações, homens tratam lésbicas como homens, como se elas, por também se relacionarem com mulheres, fossem um deles. Isso coloca em destaque a maneira que, em muitos casos, as mulheres são vistas pelos homens apenas como potenciais interesses sexuais/românticos e, quando desviam dessa possibilidade, não são vistas como mulheres. Sobre esse tópico, Clara narra uma vivência de quando trabalhou em um navio e era a única mulher entre os homens; eles falavam com ela inclusive sobre outras mulheres, expondo comentários sexualizados sobre as mulheres que frequentavam o local, como se ela não fosse uma mulher também.

Além de situações cotidianas vivenciadas pelas mulheres lésbicas no ambiente de trabalho, há também empecilhos para se ingressar no mercado de trabalho devido a essa identidade. Foi compartilhada por Júlia uma situação que a marcou, quando ela participou de uma entrevista de emprego e estava sendo elogiada e considerada para a contratação. Tudo corria bem, quando no final da entrevista ela foi perguntada se era solteira e sobre a sua sexualidade e, ao responder que era lésbica, foi recusada pelo entrevistador. Natália também vivenciou a perda de uma oportunidade, quando assumiu um relacionamento com uma mulher através de uma publicação em sua rede social.

Após isso, um cliente, que costumava ser um dos seus contatos profissionais frequentes, parou de contatá-la para a realização de serviços.

Para mais, um dos questionamentos que apresentei foi a respeito de como se deu a criação do coletivo, sendo respondido por Natália, que foi responsável por idealizar esse processo. Anteriormente ela fazia parte de um projeto LGBTI+ e dentro desse grupo foi criada uma comissão de lésbicas, que eram minoria em relação aos homens do grupo, então foi necessário criar um espaço à parte para focar também nas pautas específicas da lesbianidade. Após alguns anos, esse grupo encerrou as atividades e a comissão lésbica se tornou uma comunidade a parte. Diante disso, pode-se traçar um paralelo entre esses acontecimentos ligados à formação do coletivo lésbico em Uberlândia e a história do primeiro coletivo lésbico do Brasil, contada anteriormente. É notável a recorrência de lésbicas como minoria dentro dos movimentos que lutam pelas vivências não conformes à cisheteronormatividade, assim como a necessidade de uma esfera construída por mulheres lésbicas organizadas politicamente, destinada ao combate à lesbofobia.

Natália segue contando que no ano passado, em 2023, o grupo se tornou um coletivo, nomeado como CoLeUdi em uma reunião que ocorreu em setembro de 2023. Portanto, desde a formação inicial, passaram por problemas pessoais com algumas integrantes do coletivo, o que causou uma desmobilização nas atividades. Ela narra que houve questões relacionadas a pessoas que integravam o coletivo trazendo interesses pessoais e abordagens problemáticas, assim como diferenças de pensamento dentro do coletivo, dado que existem lesbianidades plurais e nem toda mulher lésbica segue a mesma linha de pensamento político. Após a saída de algumas participantes, o coletivo volta a retomar algumas atividades e promover uma maior movimentação e presença das integrantes nas atividades políticas de Uberlândia.

Esses relatos proporcionam uma reflexão diante da maneira como as mulheres lésbicas não se sentem integradas nos espaços e nos movimentos homossexuais, mesmo que, em teoria, deveriam sentir-se pertencentes assim como os homens homossexuais. A respeito dessa temática, Natália e Eva relataram que quando se interessaram pela participação do coletivo na parada do orgulho LGBTI+ de Uberlândia, a equipe da organização foi excludente com o CoLeUdi. O coletivo pretendia participar incluindo produções que integrassem a cultura lésbica e questões referentes a essa comunidade, mas foi dito pela equipe que não combinava com a programação do evento, o que trouxe uma reflexão sobre o falocentrismo no movimento LGBTI+, que exalta corpos masculinos e criações culturais voltados à comunidade gay masculina.

Elas também foram chamadas de “sapatão de bar”, porque muitas vezes se reúnem com o coletivo no Cecy Bar, o bar de Uberlândia que atualmente mais propõe programações pensadas para

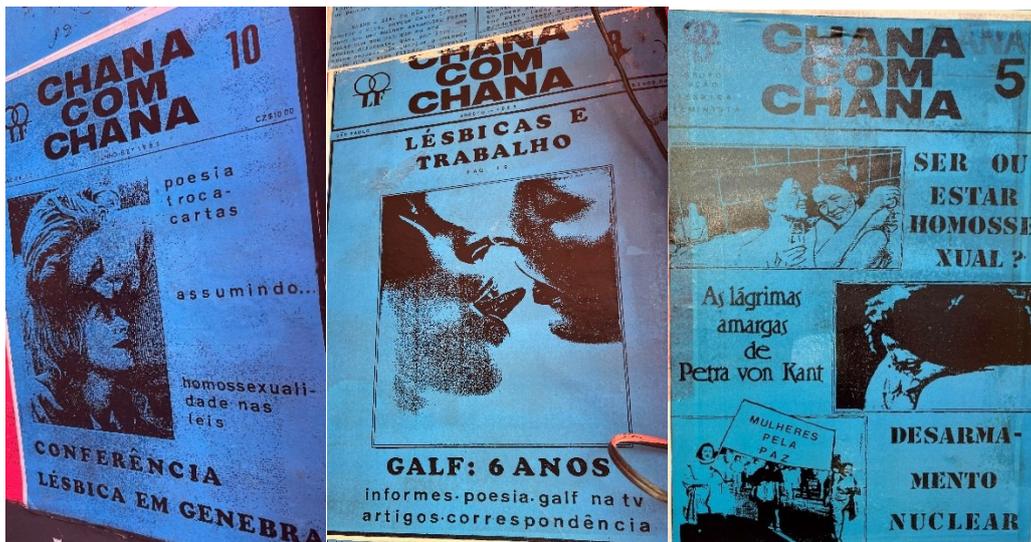
o público lésbico. A partir disso, foi comentado como esse espaço do bar também é importante, porque muito da comunhão lésbica e da formação de laços entre essas mulheres ocorrem na mesa do bar, conversando sobre vivências e identificações que são vividas por elas, o que contribui para a formação de uma consciência coletiva sobre quais são as mudanças sociais que devem ser foco da ação política do movimento lésbico.

Figuras 6, 7 e 8 - Interior do Cecy Bar, em Uberlândia



Fonte: Fotografadas por Luiza Gomes de Moraes, 2024.

Figuras 9, 10 e 11 - Pôsteres do Boletim Chanacomchana como decoração em parede do Cecy Bar



Fonte: Fotografadas por Luiza Gomes de Moraes, 2024.

Além disso, Eva comenta que após o episódio com a organização da parada, ela foi uma das defensoras para que o coletivo demarcasse a presença lésbica naquele espaço, com camisetas, lambes⁵ e performance, por exemplo. Ela defende a necessidade de ocupar as ruas e os espaços com intervenções lésbicas, já que elas não são integradas da forma que deveriam nos espaços LGBTI+. Após a exclusão, ela se sentiu mobilizada a criar uma performance de artistas lésbicas, abordando propriamente a lesbianidade e fortalecendo a produção artística criada por essa comunidade.

O último tópico de debate no grupo focal foi sobre como é ser uma mulher lésbica na cidade de Uberlândia e a forma como encaram essa vivência. Para Natália, Uberlândia é uma cidade grande com uma mentalidade muito conservadora e retrógrada, o que faz com que, em muitos ambientes, a lesbianidade não seja recebida com aceitação e respeito. Ela comenta sobre a perseguição que ocorre em locais lésbicos, o que dificulta a permanência desses estabelecimentos na cidade e contribui ainda mais para a restrição de ambientes onde as pessoas que frequentam se sintam livres e não enfrentem violências por serem quem são ou estarem em um relacionamento homoafetivo. Nessa conjuntura, ela ressalta a importância do Cecy Bar como a retomada de um espaço lésbico na cidade, que resiste enquanto espaço de lazer para a comunidade lésbica e também abriga eventos de importância política e cultural, como por exemplo o sarau da visibilidade lésbica, exposições de curtas lésbicas e rodas de conversa para debater a lesbianidade e outros assuntos que a atravessam.

Clara fala sobre a sua vivência como lésbica e artista em Uberlândia e comenta que para mulheres, o teatro na cidade é muito focado nas violências vividas por elas e, ainda assim, as personagens femininas criadas pelas produções ainda seguem uma visão heteronormativa da mulher e da feminilidade. Nesse contexto, ela conclui sua fala dizendo que considera difícil ser uma mulher lésbica em Uberlândia, porque são forçadas a encarar muitos enfrentamentos e, devido à mentalidade retrógrada, as violências se repetem. Eva, que morou em Portugal durante um tempo, se vinculou a um movimento de mulheres lá e, após essa experiência, passou a entender a necessidade de um coletivo feminista lésbico e procurou se integrar em uma comunidade lésbica também em Uberlândia.

A partir das vivências compartilhadas e das trocas entre o grupo, foi possível levantar diversos tópicos que estão presentes no cotidiano e na história de grande parte das mulheres lésbicas, como enfrentamentos familiares, especialmente no momento de assumir a sexualidade lésbica e lidar com uma quebra de expectativas, assim como o sentimento de exclusão dos movimentos feministas e homossexuais, nos quais mulheres lésbicas ainda são invisibilizadas e pouco contempladas nas atividades políticas, bem como a falta de referências na construção de relações românticas entre

⁵ O “lambe-lambe” refere-se à arte urbana que consiste em pôsteres colados em locais públicos.

mulheres. Além disso, muitas experiências compartilhadas reforçam a ideia de que a lesbianidade representa um enfrentamento social diante de uma normalidade construída e imposta às mulheres, que reafirma a heterossexualidade compulsória e outras características que integram as amarras sociais configuradas enquanto papéis de gênero e socialmente naturalizadas.

A realização do grupo focal também representou uma função importante ao estabelecer um momento de convívio entre um grupo de mulheres lésbicas com a tarefa de conversar sobre suas experiências, identidades e tudo que integra a formação dessas mulheres enquanto lésbicas. Algumas delas comentaram a importância de ter esse espaço destinado a tratar dessas vivências, o que foi de tamanha importância para ressaltar o significado desse trabalho, dado que é essencial a produção acadêmica a respeito da lesbianidade, retomando esse espaço com a voz de mulheres lésbicas contando suas histórias, seus enfrentamentos e todas as formas em que são moldadas, de alguma maneira, por serem lésbicas e viver o que isso significa socialmente. Assim, apesar de muitas histórias que retratam violências, sofrimentos e confrontos, a experiência mais comum a todas essas mulheres é de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos que fundamentam esse trabalho, percebemos que, muito do que trazem as autoras lésbicas citadas, como Gayle Rubin, Adrienne Rich e Monique Wittig, por exemplo, retrata uma realidade que segue sendo experienciada pelas mulheres lésbicas. A pesquisa foi motivada por algumas indagações, uma delas a respeito do potencial de ameaça que a lesbianidade representa à sociedade, especificamente à estrutura patriarcal, que coloca as mulheres em uma posição de submissão. A partir da bibliografia utilizada e das informações reunidas após a realização do grupo focal, tornou-se conclusivo que as existências lésbicas são sondadas pelas várias amarras sociais que criam a noção de mulheridade, logo, se percebem em uma posição de desafio diante dessas normas, começando pela própria sexualidade lésbica e se estendendo a diversos outros comportamentos.

Por essa razão, a lesbianidade representa para as mulheres uma oportunidade de desafiar essas amarras sociais que categorizam-nas para o exercício de papéis limitantes, e constroem-nas a seguir padrões específicos pelo simples fato de serem mulheres. A heterossexualidade comporta um desses padrões que são transmitidos socialmente enquanto uma obrigação, porém, muitas mulheres desviam dessa pressuposta normalidade, que é o caso das lésbicas. Por isso, uma das pautas centrais do feminismo lésbico segue sendo o combate da heterossexualidade compulsória e do controle sobre a sexualidade feminina. Ao elucidar uma consciência coletiva a respeito dessas problemáticas que são naturalizadas, as mulheres lésbicas representam, tanto individualmente, na recusa pessoal de se enquadrar no que lhes é imposto, quanto coletivamente, na organização política de mulheres pelos direitos e pela liberdade da existência lésbica, uma ameaça aos valores de submissão, controle e posse das mulheres pelos homens.

Além de representarem uma identidade entendida como transgressora pela sociedade, as mulheres lésbicas, na medida que cultivam uma consciência coletiva a respeito da lesbianidade, passam a estar em contato com uma ferramenta poderosa de contraposição aos valores patriarcais e sexistas, que são as relações centradas nas mulheres e suas questões. Logo, nutrir relações entre mulheres que se recusam a seguir padrões heteronormativos e focalizam o protagonismo feminino e a experiência da mulher com reciprocidade e identificação, são, para além de relações românticas, possibilidades revolucionárias de mudar a maneira pela qual são pautadas as relações sociais como um todo, desconstruindo a ideia de hierarquia e papéis pré-estabelecidos e, com isso, incentivando a expressão e liberdade pessoais na construção de cada indivíduo.

Logo, enquanto movimento político, o feminismo lésbico carrega a tarefa de, para além de lutar pelos direitos das mulheres lésbicas e contra a lesbofobia, promover o questionamento acerca de papéis, funções, comportamentos entendidos enquanto obrigatoriedades, que limitam a expressão

e o leque de possibilidades de cada uma. A vivência das mulheres lésbicas é repleta de enfrentamentos devido às expectativas sociais que são impostas sobre as mulheres, por isso, são muitas vezes condicionadas a questionar alguns dos padrões femininos desde etapas precoces da vida, o que também faz parte da constituição individual e social dessas mulheres.

Outro tópico em destaque ao analisar as reflexões desenvolvidas com o apoio das contribuições teóricas selecionadas para o trabalho e as pautas discutidas durante o trabalho de campo com o grupo focal, foi a falta de inclusão e visibilidade enfrentada pela comunidade lésbica. Tanto no resgate histórico que inclui o percurso dos movimentos pioneiros Grupo Lésbico-Feminista (LF) e Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), quanto na atividade política do Coletivo Lésbico de Uberlândia (CoLeUdi), foram percebidas repetições que indicam a exclusão de mulheres lésbicas dos espaços e movimentos LGBTI+, que carecem de representatividade e de produções para a comunidade lésbica enquanto alvo. Assim, é ressaltada uma necessidade de integração do público lésbico, já que um dos fatores que sustentam a marginalização vivenciada por elas é justamente o isolamento e a falta de pertencimento social.

Por fim, a lesbianidade, para além de uma característica individual, deve ser analisada em sua condição política, cultural e social. As questões que atravessam a cotidianidade de mulheres lésbicas são características de uma sociedade aprisionante, alicerçada sobre imposições de gênero e sexualidade que devem ser questionadas e transgredidas. Por esse motivo, as mulheres lésbicas devem se orgulhar ao serem vistas enquanto transgressoras de padrões que submetem mulheres à submissão e a qualquer papel social visto como obrigatoriedade e, com isso, dar continuidade a essa missão de fazer com que sejam ouvidas as vozes das lésbicas que denunciam e discutem as questões que sofrem e que sejam prestigiadas e disseminadas também as produções acadêmicas, teóricas, artísticas e políticas da comunidade, dando visibilidade à coletividade lésbica e revertendo a posição marginalizada que ocupam na sociedade e nos coletivos homossexuais.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Bruna; FRAYMAN, Leila; RIOS, Mino. **A toxicidade oculta em relacionamentos lésbicos**. ACiS, São Paulo, v. 11, ed. 2, p. 185-199, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/ACIS/article/view/2716>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um Manifesto**. 1. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2019.
- BEAUVOIR, Simone. Formação. **O SEGUNDO Sexo: Vol. 1: Fatos e mitos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.
- BEAUVOIR, Simone. Formação. *In: O SEGUNDO Sexo: Vol. 2: A experiência vivida*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019. v. 2, cap. A Lésbica, p. 161-182.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2016.
- FALQUET, Jules-France. Lesbianismo*. *In: DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 122-128.
- FERRO'S Bar: encontros e lutas lésbicas** - Campanha de financiamento coletivo Cine Sapatão. São Paulo, 2022. Disponível em: https://youtu.be/6aVb6RBxhg0?si=0qSLJ-oKAXHLAyZ_. Acesso em: 24 abr. 2024.
- FERRO'S BAR**. Direção: Aline A. Assis, Fernanda Elias, Nayla Guerra, Rita Quadros. Produção: Cine Sapatão. São Paulo, 2022.
- FRANÇA, Fanny Spina. **Orgulho Lésbico: A memória da revolta do Ferro's Bar e reflexões para as lésbicas do presente**. Ferro's Bar: encontros e lutas lésbicas - Campanha de financiamento coletivo Cine Sapatão, Trindade, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/noticias/3030>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA**. *In: Repositório Digital de Documentos Arquivísticos Permanentes e Sistema Informatizado de Acervos Permanentes da Unicamp*. Campinas, 2022. Disponível em: <https://www.redisap.unicamp.br/index.php/grupo-acao-lesbica-feminista-galf#wrapper>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. **A classe operária tem dois sexos**. Estudos Feministas. Florianópolis, 1º semestre 94, 1994, p. 93-100.
- LAURETIS, Teresa. A TECNOLOGIA DO GÊNERO*. *In: TENDÊNCIAS E IMPASSES*. [S. l.: s. n.], 1987. p. 206-241.
- MARTINHO, Míriam. **Memória Lesbiana: há 40 anos surgia o Grupo LésbicoFeminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil**. Um Outro Olhar, [s. l.], 12 maio 2019. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/p/publicacoes.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

O RACHA no SOMOS/SP. Lâmpião da Esquina, [S. l.], p. 8, 17 maio 1980.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas, [S. l.], p. 18-44, 1980.

RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women**: Notes on the "Political Economy" of Sex. Toward an Anthropology of Women., [S. l.], p. 167-210, 1975.

SARMET, Érica. Feminismo Lésbico. *In*: HOLLANDA, Heloisa. **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 379-399.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n.2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

TONELI, M. J. F.; PERUCCHI, J.. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 39-47, set. 2006.

USP, Canal. [LGBTs no Regime Militar] - As Lésbicas Feministas #JornaldaUSP. Youtube, 9 ago. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/W1R4NVtOZ2s?si=K2XXKcnsx3groGtj>. Acesso em: 24 abr. 2024.

WITTIG, Monique. **On ne naît pas femmes**. Questions féministes, [s. l.], p. 75-84, 1980.